



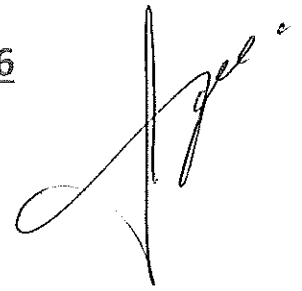
---

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

---

2016

02 DE ABRIL DE 2017



## ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO.....	3
II. BREVE CARATERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	4
III. ÓRGÃOS SOCIAIS.....	5
IV. VALÊNCIAS DA INSTITUIÇÃO.....	6
V. RELATÓRIO DE ATIVIDADES.....	8
VI. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	12
VII. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	15
VII. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS POR VALÊNCIAS.....	18
IX. ANEXO.....	23



### I. INTRODUÇÃO

O presente relatório e contas, nos termos definidos no compromisso respeita à atividade desenvolvida no ano de 2016 pela Santa Casa da Misericórdia da Calheta (SCMC).

A SCMC é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de outubro adaptada à Região pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 3/84/M, de 22 de março, alterado pelo Decreto regulamentar Regional n.º 4/86/M, de 29 de março, e pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/2015/M de 18 de dezembro e no Regulamento aprovado pela Portaria n.º 96/91, de 11 de junho, da Secretária Regional dos Assuntos Sociais, que se procedeu ao registo definitivo da alteração global dos estatutos Instituição Particular de Solidariedade Social, reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública.

O compromisso foi aprovada em 25 de junho de 1985 pelo Bispo da Diocese do Funchal e o respetivo registo foi lavrado pela inscrição n.º 4/91, a fls 4 do livro de Instituições particulares de Solidariedade Social, considerando-se efetuado em 28 de julho de 1991, nos termos do n.º 4 do artigo 13.º do supracitado Regulamento.

A alteração do compromisso foi aprovado em Assembleia Geral de 21 de abril de 2016.

A mesa da Assembleia Geral da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Calheta, representada pelos irmãos, Francisco Félix Sousa, José Gregório Gouveia e Firmino Alves.

Em 05 de maio de 2016 foi remetido ao Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM, Declaração n.º 10/2016, publicado na II série do Joram, n.º 19 de 28 de outubro de 2016.

Nos termos dos Cân. 164-179 do Código de Direito Canónico e do artigo 6.º do Decreto Interpelativo da Conferência Episcopal Portuguesa, aprovou o novo Compromisso para a “Santa Casa da Misericórdia da Calheta”, constituído por quarenta e um artigos e redigidos em vinte e seis páginas, em 31 maio de 2016.

A estrutura orgânica desta Instituição é constituída por 3 órgãos, que são: Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Mesa Administrativa. Com referência a 31 de dezembro de 2016, estavam inscritos 525 irmãos.

A dia 31 de dezembro do ano de 2016, a SCMC tinha ao seu serviço 137 colaboradores:

- 114 funcionários do quadro de pessoal (113 a tempo completo e 1 a tempo parcial);
- 4 prestadores de serviços em regime de contrato de avença (2 médicos, 1 enfermeira, 1 nutricionista);
- 2 funcionários do Instituto de Segurança Social da Madeira em cedência de interesse público no Serviço de Apoio Domiciliário.
- 5 colocadas do Instituto de Emprego no Programa Ocupacional Temporário de Desempregados.
- 12 voluntários , incluindo os voluntários da “Loja Solidária”.



Prestar contas é um dos mais nobres atos das instituições, com particular relevo para as que desempenham funções de natureza pública.

É através deste nobre gesto que confrontamos o nosso empenho, na realização dos projetos, ideias e ações com que nos comprometemos nos respetivos Planos de Atividade.

Atentos à dinâmica da SCMC, não é fácil transmitir para o papel a emoção, a alma e a vontade que colocamos na execução do Plano de Atividades aprovado por manifesta e indiscutível maioria dos irmãos nas reuniões. Os factos são eles mesmos a inequívoca manifestação da nossa atividade, do nosso empenho e da nossa vontade em termos uma Instituição cada vez mais forte, mais segura, mais aceite e credibilizada pela sociedade a quem se destina.

Como temos dito e continuamos a dizer, nem sempre é possível agradar a todos. Queremos, sim, estar do lado daqueles que vivem e viveram a nossa Instituição noutros tempos permitindo aferir o que éramos e o que somos hoje. Queremos estar ao lado dos que têm o bom senso para avaliar o que está bem e o que está mal e não daqueles para quem o trabalho desenvolvido está sempre mal. Queremos estar do lado daqueles que sonham com uma Instituição melhor, uma Instituição sustentada, uma Instituição de que os colaboradores e irmãos se orgulhem.

Não seria necessário mencioná-lo, mas as provas dadas dos cerca de 20 anos a gerir a nossa Instituição, são, por si só, provas inequívocas da nossa capacidade, dedicação à causa e demonstração inequívoca de boa gestão dos recursos.

## II. BREVE CARATERIZAÇÃO

As Misericórdias foram criadas há mais de 500 anos, sendo sua fundadora e protetora a rainha D. Leonor. Atualmente, em Portugal, as Misericórdias são cerca de 400 e a sua ação abrange todos os setores da vida social, dedicando-se à infância, juventude e terceira idade.

A Misericórdia da Calheta foi fundada em 1535, por Alvará Régio de 7 de Outubro, uma instituição com mais de quatro séculos de existência. A ação da instituição prende-se sobretudo com o apoio à terceira idade.

A partir de 8 de Dezembro de 1991, data da inauguração da remodelação, Santa Casa passou a administrar o “Lar de Nossa da Conceição” e em 15 de Setembro de 1996, inaugurou o “Centro Comunitário Nossa Senhora da Estrela” onde funcionam Lar de Nossa Senhora da Estrela, Centro de Convívio, Sede Social, e serviços administrativos, além de funcionar os serviços da Rede Regional Cuidado Continuados e Serviço de Apoio Domiciliário.

**Compromisso:** constituído por 74 artigos, foi votado, favoravelmente, em Assembleia Geral Extraordinária da Irmandade em 20/06/1985. Foi aprovada em 25 de Junho de 1985 pelo *Bispo da Diocese do Funchal* e o respetivo registo foi lavrado pela inscrição n.º 4/91, a folhas 4 do Livro de Inscrição de IPSS considerando-se efetuada em 28 de Julho de 1991, nos termos do n.º 4 do artigo 13º do supracitado Regulamento.

É uma Instituição canonicamente ereta - irmandade da Misericórdia.

**Fins:** Praticar a solidariedade social, concretizada nas obras de Misericórdia.

**A visão e valores:** ser uma resposta social de referência, pela prestação de serviços humanizados que potenciam a inclusão social.

CAE - Classificação de Atividade Económica - 87301 - Atividades apoio social para pessoas idosas com alojamento, como principal atividade. Em 2013 foi dado início de atividade a atividade secundária com CAE - 88990 - Outras atividades de apoio social sem alojamento.

#### Edifícios Arrendados

1921 - Administração conseguiu restaurar o seu edifício próprio, que ainda hoje se mantém e na qual estão instalados os Paços do Concelho - Câmara Municipal da Calheta.

1956 - Administração presidida pelo comendador Sequeira Cabrita construiu o Hospital da Calheta. Sendo despojada depois do 25 de Abril de 1974 cessando a sua atividade que era exclusivamente hospitalar.

2001 - Contrato de arrendamento entre a Direção Geral dos Registos e Notariado e a Instituição.

### III. ÓRGÃOS SOCIAIS

A Direção está distribuída pelos diversos órgãos, eleitos a 1 dezembro de 2016 e tomada de posse em 03 janeiro de 2017, para o triénio 2017/2020, de acordo com a seguinte estrutura orgânica:

**Assembleia Geral:** Órgão a quem compete o poder deliberativo sobre as questões mais relevantes das Instituição, sendo ela integrada por todos os profissionais no plano gozo dos seus direitos, o que lhe confere uma responsabilidade democrática e, por essa via, a participação dos membros nas decisões da Instituição.

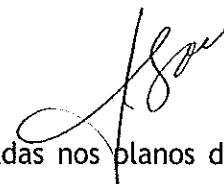
A Assembleia Geral, para cumprimento das disposições estatutárias, realiza duas assembleias gerais ordinárias, uma em novembro para análise e deliberação da proposta de Plano de Atividades e Orçamento para o ano seguinte e a outra, no mês de março, para análise e deliberação sobre o Relatório e Contas do ano anterior.

Quando necessário realiza assembleias gerais extraordinárias, tendo se realizado uma no dia 21 de abril e outra no dia 11 de novembro do corrente ano.

Tem a seguinte composição:

Assembleia Geral (triénio 2017/2020)	
Presidente	Francisco Félix Sousa
Secretário	José Gregório Gouveia
Secretário	Armando Alberto Bettencourt Simões Ribeiro

**Mesa Administrativa:** Órgão por excelência que define as estratégias e a ação da Instituição, competindo-lhe deliberar sobre um vasto e complexo campo de matérias. Toma deliberações em todas as áreas que não se encontrem definidas como competência de outros órgãos e compete-



lhe, de entre outras funções, apresentar as estratégias da ação, materializadas nos planos de atividades e a sua execução no Relatório e Contas.

Tem a seguinte composição:

Mesa Administrativa (Triénio 2017/2020)	
Provedora	M <sup>a</sup> Cecília Gouveia Cachucho
Vice-Provedor	José Mário Sousa Nunes
Tesoureiro	M <sup>a</sup> José Santos Sousa
Secretário	Manuel Luís Sousa Serrão
Vogal	M <sup>a</sup> Fátima Magalhães e Almeida
Suplente	José Eduardo Coutinho Paiva
Suplente	Ana Maria Freitas Nóbrega
Suplente	José Basílio Azevedo Santos

No decurso de 2016 realizou 19 sessões ordinárias, nas quais debateu e analisou vários assuntos, no âmbito das suas competências.

**Definitório (Conselho Fiscal):** Órgão de fiscalização da Instituição, competindo-lhe as funções definidas no compromisso, sendo-lhe primordialmente atribuídas o papel de fiscalização do cumprimento das metas definidas no Plano de Atividades e Orçamento.

Tem a seguinte composição:

Conselho Fiscal (Triénio 2017/2020)	
Presidente	Manuel Vieira de Sousa
Vogal	Manuel Alcindo Costa
Vogal	José Manuel Nunes Pereira
Suplentes	José Henrique Magalhães e Almeida
Suplentes	Patrícia Silva Mendes

#### IV. VALÊNCIAS DA INSTITUIÇÃO

A Santa Casa da Misericórdia da Calheta desenvolve a sua atividade nas seguintes valências:

**Lar Nossa Senhora da Conceição** - Rua das Amoreiras n.º 46, 9380-068 Arco da Calheta, com 26 utentes apoiados. A Santa Casa desenvolve a sua atividade neste espaço que pertence a Fábrica da Igreja do Arco da Calheta.

**Lar Nossa Senhora da Estrela** - Rua Estrada Simão Gonçalves Câmara, ER 224 n.º 91, 9370 - 139 Calheta, com 58 utentes apoiados.



O âmbito de ação das valências, Lar Nossa Senhora da Estrela e Lar Nossa Senhora da Conceição, consiste no alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para idosos em situação de maior risco de perda de independência e/ou autonomia.

**Centro de Convívio** - Rua Estrada Simão Gonçalves Câmara, ER 224 n.º 91, 9370 - 139 Calheta, com 100 utentes apoiados.

Desenvolve atividades de apoio a população idosa procurando proporcionar atividades socio-recreativas e de ocupação. Procura fomentar também as relações interpessoais ao nível dos idosos e destes com os outros grupos etários a fim de evitar o isolamento.

Em relação às referidas valências, Lar Nossa Senhora da Conceição, Lar Nossa Senhora da Estrela e Centro de Convívio para Idosos, foi celebrado acordo de cooperação n.º 04/2005 com o Instituto de Segurança Social da Madeira. Com produção de efeitos a 01 de Maio de 2006 foi feito uma adenda ao referido acordo. Esta adenda teve por objetivo a revisão do valor da comparticipação financeira, designadamente em resultado de alterações quer, na capacidade das valências Lar e Centro de Convívio, objeto do mesmo acordo, quer no horário de funcionamento da valência Centro de Convívio.

**Serviço de Ajuda Domiciliária - Clássico** - presta apoio a população idosa em todas as freguesias do concelho da Calheta, numa média de 300 utentes. A Santa Casa presta o seu serviço nesta valência tendo por base o acordo de gestão n.º 03/14 celebrado com o Instituto de Segurança Social da Madeira. Consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados ao domicílio, a indivíduos e famílias, quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as atividades de vida diária, nomeadamente na prestação de cuidados de higiene pessoal e habitacional, e tratamento de roupa.

**Serviço de Ajuda Domiciliária - Refeições** - tem como objetivo produção, transporte e distribuição de refeições ao domicílio, a 50 Utes. A Santa Casa presta o seu serviço nesta valência tendo por base o acordo de gestão n.º 03/14 celebrado com o ISSM.

**Rede Regional Cuidados Continuados Integrados - UAID** - Unidade de apoio integrado domiciliário da Calheta. Em parceria com o Instituto de Segurança Social da Madeira e Serviço Regional de Saúde da RAM, E.P.E. através do acordo de cooperação n.º 09/2007. Consiste na prestação ao domicílio para pessoas em situação de dependência ou em risco de perda de autonomia, garantindo, em regime de itinerância, a prestação de cuidados continuados, nomeadamente na reabilitação global do utente, na ajuda na aquisição de capacidades e competências dos utilizadores e suas famílias, promovendo a máxima autonomia e autocuidado.

**Centro Social do Pinheiro** - sítio do Pinheiro, Arco da Calheta. Usufruem deste centro cerca de 12 utentes. A Santa Casa colabora com o Instituto de Segurança Social da Madeira, na gestão deste centro, tendo por base o acordo de cooperação n.º 02/2003. É de referir que o espaço onde está instalado o centro pertence à Câmara Municipal da Calheta. Desenvolve atividades lúdicas-didáticas e de convívio com vista a melhoria das condições de vida dos utentes e da sua melhor integração social.



## V. RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2016

Gerir uma instituição como a SCMC é sempre um desafio aliciante, independentemente da natureza dos projetos ou ações.

Mas, não obstante a boa vontade que colocamos na realização dos projetos idealizados, estes poderão ter maior ou menor relevância na vida da instituição.

Por isso, o cuidado que pomos no controle dos gastos ou no arrecadar das receitas ou até mesmo na preocupação que desde sempre cultivamos de cumprir religiosamente com o mundo que nos rodeia e que, de uma forma ou de outra, connosco se relaciona, não pode desmerecer das decisões que pelo impacto que tenha no cumprimento da função da Instituição, deve merecer da nossa parte uma atenção mais cuidada.

Durante o ano de 2016, a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia da Calheta, procurou cumprir o programa que havia sido proposto e aprovado para este exercício.

Durante todo o ano, assegurou o funcionamento de todas as atividades desenvolvidas pela Instituição e a realização de projetos, planos e objetivos.

Entre as várias realizações levadas a efeito, merecem especial destaque as seguintes:

### 1. IRMANDADE:

- No 21 de abril foi aprovado, por unanimidade dos irmãos presentes, o Novo Compromisso da SCMC em reunião de Assembleia Geral;
- No último fim de semana de maio, como habitualmente, foi comemorado o Dia da Misericórdia.
- No dia 11 de novembro foi aprovado o Regulamento Eleitoral da SCMC;
- No mês de novembro, como prevê o Compromisso, foram celebradas missas por alma de todos os Irmãos e Benfeitores falecidos.
- No dia 04 de dezembro foram eleitos os Corpos Sociais da SCMC para o quadriénio de 2017-2020;
- Em 31 de dezembro o número de Irmãos ativos era de 525.

### 2. No âmbito do Ano Jubilar da Misericórdia, foi organizado um Ciclo de Conferências denominado: "Misericórdia e Missão da Santa Casa", composto pelas seguintes conferências:

- a. 06 ABRIL - 10h30 - "*A Misericórdia também está nas tuas mãos*", para alunos da Escola Básica e Secundária da Calheta - Dr. Marco Gomes. Local: Centro das Artes Casa das Mudanças
- b. 06 ABRIL - 19h30 - "*Com Misericórdia, Novos Estilos de Vida*" - Dr. Alfredo Bruto da Costa. Local: Centro das Artes Casa das Mudanças
- c. 20 ABRIL - 19h30 - "*A Misericórdia de Deus no Novo Testamento - Parábolas*" - Pe. Toni Vitor Local: Centro Social do Arco da Calheta



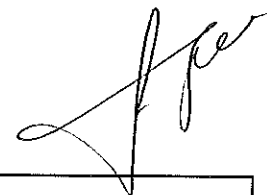


- d. 04 MAIO - 15h - "*A Misericórdia está nas tuas mãos*", para colaboradores da SCMC - Pe. Giselo Andrade. Local: Santa Casa Misericórdia da Calheta
  - e. 07 MAIO - 18h - "*Rostos de Deus*" - Prof.<sup>a</sup> Graça Alves. Local: Centro Paroquial da Ponta do Pargo
  - f. 18 MAIO - 19h - "*O nome de Deus é Misericórdia*" - Dr. Francisco Félix de Sousa. Local: Clube Desportivo e Recreativo dos Prazeres
3. Com base no programa de animação sociocultural e de convívio foram realizados diversos intercâmbios, promovendo o contato com outras instituições, onde se incluí a visita do Grupo Folclórico de Gondomar e de alguns utentes da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde à Misericórdia da Calheta.
  4. Foram efetuados passeios/saídas com os utentes dos Lares e Centro de Convívio, de forma a poderem conhecer ou rever locais de interesse, tendo sido também promovidos piqueniques, caminhadas, idas à praia e ao teatro.
  5. A Santa Casa da Misericórdia da Calheta celebrou Protocolos com diversas Entidades, nomeadamente: Instituto de Segurança Social da Madeira, Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, Escola Básica e Secundária da Calheta e Escola Básica e Secundária do Porto Moniz.
  6. Manteve-se o empréstimo de 4 cadeiras de rodas e de 25 camas articuladas a idosos do concelho.
  7. Em 2016 foram fornecidas refeições no domicílio a 50 idosos, em todo o concelho da Calheta, perfazendo o total de 17.813 refeições fornecidas durante todo o ano.
  8. A Santa Casa da Misericórdia da Calheta cooperou com o Instituto de Segurança Social da Madeira no PEA - Programa de Emergência Alimentar.  
PEA 2016 - 396 Famílias apoiadas; 1295 Elementos.
  9. A 15 de Julho foi inaugurada a Loja Solidária da Calheta, resultante de uma parceria entre a SCMC, Câmara Municipal da Calheta, Paróquia do Atouguia e Vicentinos;
  10. A 15 de Setembro foi comemorado o 20º Aniversário do Lar Nossa Senhora da Estrela.
  11. A Santa Casa esteve, entre outros, representada nos seguintes eventos/encontros:
    - a. 18 a 20 de Março 2016 - I Feira da Economia Social e Solidária, uma iniciativa da SRIAS - Secretaria Regional da Inclusão e Assuntos Sociais.
    - b. 02 a 05 de Junho 2016- XII Congresso Nacional das Misericórdias "Misericórdias - Marca de Solidariedade", que decorreu no Fundão. PARTICIPANTES: 3 Mesários e 2 Funcionárias.
    - c. 16 e 17 de Junho 2016 - I Congresso Internacional sobre o Envelhecimento, em Coimbra. PARTICIPANTES: 1 Mesário e 1 Funcionário.



- d. 13 a 15 de Setembro 2016 - XXX Encontro da Pastoral Social que decorreu em Fátima. PARTICIPANTES: 1 Mesário.
  - e. 14 de Outubro 2016 - IV Festa da Vida, promovida pela União das IPSS's da Madeira.
  - f. 21 de Outubro 2016 - Seminário: " A Importância dos Suportes Terapêuticos na Reabilitação" - Cuidar na Saúde e na Doença - Sim aceitamos!" PARTICIPANTES: 1 Mesário e 5 Funcionários.
  - g. 17 a 20 Novembro 2016 - Participação na XIV Feira das Vontades, que decorreu no Funchal.
  - h. 25 de Novembro 2016 - Comemoração do 35.º Aniversário da Escola Básica e Secundária da Calheta.
12. Ao longo do ano a Misericórdia da Calheta fez-se também representar em reuniões e Assembleia-Gerais da União das Misericórdias Portuguesas e da União das IPSS.
13. A SCMC participou no desenvolvimento das Campanhas:
- a. "Papel por Alimentos" - Banco Alimentar
  - b. "Recolha de medicamentos para a Venezuela" - Associação "Ver anexos"
14. PATRIMÓNIO:
- Centro de Saúde da Calheta - No ano de 2016 foi aprovada obra de remodelação e ampliação do Centro de Saúde da Calheta (Resolução n.º 854/2016, de 22 de novembro, publicado no JORAM).
  - Aprimorou-se o Projeto de Arquitetura para Remodelação e Ampliação do Lar Nossa Senhora da Estrela, para posterior candidatura a fundos comunitários.
15. RECURSOS HUMANOS:
- Em Julho a SCMC promoveu e ofereceu uma ida ao Parque Temático da Madeira a todos os colaboradores, com o apoio da Câmara Municipal da Calheta, nomeadamente, na cedência de transporte.
  - Em Setembro deu-se início à dinamização do Projeto "Zumba da Santa Casa" para colaboradores, voluntários e público em geral
  - Realizou-se um Jantar/Convívio de Natal para todos os colaboradores (funcionários, membros dos Órgãos Sociais e voluntários) da Instituição. Este Jantar foi confeccionado por alunos da Escola Profissional de Turismo e Hotelaria da Madeira), sob coordenação do Chef Miguel Rodrigues.

A Santa Casa da Misericórdia da Calheta, tendo em vista a melhoria contínua dos seus recursos humanos e conseqüente potencialização da eficácia da Instituição, proporcionou aos seus recursos humanos, no ano de 2016, 8 Ações de Formação com 8 temas distintos, contando com o total de 241 presenças:



Nome ação	Duração h	Data	Tema/área
Cuidados em fim de vida	2	14-03 ou 23-05-2016	Saúde
Menopausa: alterações físicas e psicológicas	2	04-04 ou 06-06-2016	Saúde
Técnicas para comunicar....	4	14 e 17-06-2016	Comunicação/psicologia
Primeiros socorros	12	1, 2, 3 e 4/08	Saúde
Higiene e segurança alim. Restau. Colet.	3	09-08-2016	Hig. Segurança alimentar
Parkinson - Import. suportes terapêuticos	7	21-10-2016	Saúde
V Jornadas da qualidade - RAM	6	03-11-2016	Qualidade/Gestão

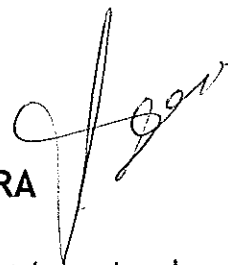
16. Com o intuito de reduzir custos, foram consultados os fornecedores da Instituição, com vista ao fornecimento de serviços com maior qualidade e menor preço (Farmácias, Companhia de Seguros, etc.)

17. No que diz respeito ao Sistema de Gestão de Qualidade:

- a. Realização de inquéritos aos utentes e aos colaboradores dos Lares, Serviço de Ajuda Domiciliária e Centro de Convívio.
- b. Aprovação do plano de ações e melhorias para 2016
- c. Aprovação do plano anual de atividades sociocultural
- d. Aprovação do plano anual de formação
- e. Aprovação do Código de Ética
- f. Aprovação do regulamento interno da Loja Solidária
- g. Aprovação da 2ª edição do P.06 - Cuidados de higiene e imagem e quotidiano do lar;
- h. Aprovação do regulamento para ERPI - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

18. No seguimento de anos anteriores foram realizadas Auditorias Financeiras.

19. Na sequência da atribuição de apoio financeiro por parte do Instituto de Segurança Social da Madeira, deu-se início ao procedimento para aquisição de duas viaturas híbridas de 5 lugares.



## VI. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Em conformidade com o estabelecido no compromisso da Instituição, mais concretamente, de acordo com o disposto do artigo 21º n.º 1 e alínea c) “Compete à Assembleia Geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou compromissórias dos Órgãos e ... Apreciar, discutir e votar o Relatório de Atividades e Contas do Exercício do ano anterior...propostos pela Mesa Administrativa, ... sempre sob parecer do Conselho Fiscal.”, a Mesa Administrativa apresenta o relatório e contas para apreciação do ano económico de 2016.

Para o efeito, depois de obtido o parecer do Conselho Fiscal, apresentamos mapas de pormenor, com informação relevante que facilita uma melhor compreensão e análise.

A informação legalmente exigível faz parte integrante do anexo, porém, apresentamos informação complementar, a qual permite melhor compreensão das contas que ora se apresentam à apreciação e resultam da atividade desenvolvida, no âmbito do plano de atividades e orçamento aprovados.

### Rendimentos e réditos

As rubricas com maior realce são as apresentadas no quadro abaixo, perfazendo os rendimentos e réditos obtidos, no período em análise, um total de 2 163 850 euros, distribuídos pelas grandes rubricas:

Rubricas	2016	Variação		Orçamento 2016	Desvio face ao Orçamento
		2015/2016	2015		
72 - Prestação de serviços	611 819	15 775	596 044	594 700	17 119
75 - Subsídios à exploração	1 214 725	22 635	1 192 090	1 237 100	-22 375
76 - Reversões	2 800	500	2 300	500	2 300
78 - Outros rendimentos	324 336	5 396	318 940	264 000	60 336
79 - Juros e outros rendimentos	10 170	-13 010	23 180	10 000	170
<b>TOTAL</b>	<b>2 163 850</b>	<b>31 296</b>	<b>2 132 554</b>	<b>2 106 300</b>	<b>57 550</b>

Relativamente ao exercício anterior, registamos um acréscimo de rendimento de 31.296 euros.

Em relação ao orçamentado registou-se um aumento de 57.550 euros.

Conforme se pode observar a execução foi aproximada, tendo em conta o orçamento previsto. Corresponde a um desvio de 2,73 por cento do valor inicialmente orçamentado.

Onde se verificou maior desvio, foi na rubrica “Outros rendimentos”, dado a sua improbabilidade, aquando da elaboração do orçamento.

Conclui-se que apesar dos desvios, a execução não foi prejudicada e que não teve repercussões que pudessem em qualquer momento criar dificuldades de funcionamento.

## Gastos e Perdas

As rubricas de maior relevo são apresentadas no quadro abaixo, perfazendo os gastos e perdas, no período em análise, num total de 2.149.809 euros, distribuídos pelas seguintes grandes rubricas:

Rubricas	2016	Variação		Orçamento 2016	Desvio face ao Orçamento
		2015/2016	2015		
61 - CMVMC	252 443	1 941	250 502	266 400	-13 957
62 - Fornecimentos e serviços externos	163 007	-8 412	171 419	195 700	-32 693
63 - Gastos com o pessoal	1 433 654	5 997	1 427 657	1 475 500	-41 846
64 - Gastos de depreciação e amortização	141 982	-19 951	161 933	149 200	-7 218
65 - Perdas por imparidade	156 600	3 150	153 450	6 000	150 600
68 - Outros gastos	2 122	-3 081	5 203	6 500	-4 378
TOTAL	2 149 809	-20 355	2 170 164	2 099 300	50 509

Relativamente ao exercício anterior, registamos um decréscimo de gastos e perdas no valor de 20.355 euros.

Em relação ao orçamentado registou-se um aumento no valor de 50.509 euros.

As *mercadorias vendidas e matérias consumidas* estão sobretudo relacionadas com as aquisições de géneros alimentares, de medicação, de produtos de higiene e conforto e de produtos de limpeza entre outros.

Os *fornecimentos e serviços externos* dizem respeito aos serviços especializados, a conservação e reparação, aos materiais, a energia e fluidos, as deslocações e transporte, aos serviços diversos e aos encargos com utente.

Relativamente aos *gastos de pessoal* verificou-se a atualização das taxas de contribuição da segurança social, de 21,6 % em 2015 para 22 % em 2016.

Os *gastos de depreciação* resultaram da aplicação das taxas de depreciação adotadas, de acordo com as normas legais aplicáveis e em vigor.

Quanto às *perdas por imparidade* nas dívidas a receber dos familiares dos utentes, o seu cálculo foi obtido no respeito pelo princípio da prudência, de acordo com a evolução de situações recentes e tendo em conta o contexto económico atual.

## Resultados

Face a informação dos quadros anteriores, o resultado líquido obtido para o período em análise foi positivo no valor de 14.041 euros.



### Investimentos

Os investimentos realizados no ano em apreço totalizaram 9.004 euros, distribuídos da seguinte forma:

Investimentos	2016
Equipamento básico	3 511
Equipamento administrativo	1 049
Ativos fixos intangíveis	4 444
<b>TOTAL</b>	<b>9 004</b>

### Conclusão

Perante as considerações apresentadas, verificou-se execução orçamental de cada uma das componentes, quer dos rendimentos e réditos, quer dos gastos e perdas.

Com o presente documento, confirma-se a gestão equilibrada, sem por em risco, em qualquer momento, as metas e os desígnios propostos.

Foi com o envolvimento de todos, que atingimos objetivos, ultrapassamos dificuldades e alcançamos os desafios a que nos propusemos.

Nos termos de tudo o que antecede, a Mesa Administrativa propõe à Assembleia Geral o seguinte:

1. Que seja aprovado o relatório e contas do exercício de 2016;
2. Que seja efetuada a aplicação do resultado líquido no valor positivo de 14.041 euros em "Resultados transitados".

Contabilista Certificado n.º 12063 (M<sup>a</sup> Conceição Rodrigues Silva Sousa)

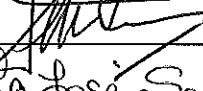


### Mesa Administrativa

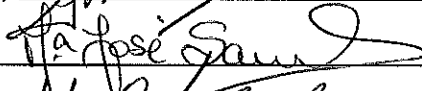
Provedora (M<sup>a</sup> Cecília Gouveia Cachucho)



Vice Provedor (Mário de Sousa Nunes)



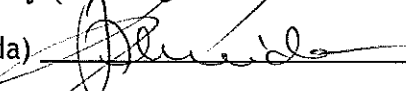
Tesoureiro (M<sup>a</sup> José Santos Sousa)

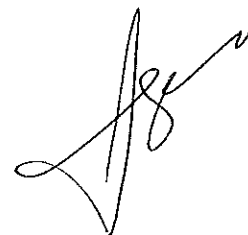


Secretária (Manuel Luís Sousa Serrão)



Vogal (M<sup>a</sup> Fátima Magalhães e Almeida)






## VII. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (em euros)

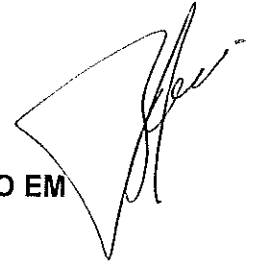
Rubricas	Notas	2016	2015
<b>ACTIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4.2	2 604 514	2 457 575
Investimentos financeiros	4.1	1 019	445
Propriedades de investimento	4.2	0	279 917
<b>Subtotal</b>		<b>2 605 533</b>	<b>2 737 937</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	5	24 160	26 800
Créditos a receber	10.1	14 343	10 361
Estado e outros entes públicos	12.1	2 991	16 568
Diferimentos	12.2	2 894	1 897
Outros ativos correntes	10.1	54 720	25 885
Caixa e depósitos bancários	10.3	2 311 457	2 285 504
<b>Subtotal</b>		<b>2 410 565</b>	<b>2 367 015</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>5 016 098</b>	<b>5 104 953</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	12.3	322 946	322 946
Reservas	12.3	25 574	60 259
Resultados transitados	12.3	2 564 339	2 567 263
Outras variações nos fundos patrimoniais	12.3	1 627 964	1 674 652
<b>Subtotal</b>		<b>4 540 823</b>	<b>4 625 121</b>
Resultado líquido do período		14 041	-37 610
<b>Total do fundo patrimonial</b>		<b>4 554 864</b>	<b>4 587 511</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	8	3 078	5 000
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	10.1	35 764	24 632
Estado e outros entes públicos	12.1	29 730	42 240
Diferimentos	12.2	0	305
Outros passivos correntes	10.1	392 661	445 263
<b>Subtotal</b>		<b>458 156</b>	<b>512 441</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>461 234</b>	<b>517 441</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>5 016 098</b>	<b>5 104 953</b>



### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2016	2015
Vendas e serviços prestados	6	611 819	596 044
Subsídios à exploração	6	1 214 725	1 192 090
Custos mercadorias vendidas e matérias consumidas	5	252 443	250 502
Fornecimentos e serviços externos		163 007	171 419
Gastos com o pessoal	11	1 433 654	1 427 657
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10.2	3 800	151 150
Outras imparidades (perdas/reversões)	10.2	150 000	0
Outros rendimentos	4.2/6	324 336	342 120
Outros gastos		2 122	5 203
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>145 853</b>	<b>124 324</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	141 982	161 933
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>3 871</b>	<b>-37 610</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	6	10 170	0
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>14 041</b>	<b>-37 610</b>





### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (em euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2016	2015
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		600 857,01	593 579,78
Pagamentos a fornecedores		418 061,00	422 606,34
Pagamentos ao pessoal		1 011 482,45	1 106 860,22
Caixa gerada pelas operações		<b>-828 686,44</b>	<b>-935 886,78</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-58 352,51	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		1 058 204,70	1 382 172,35
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>171 165,75</b>	<b>446 285,57</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		8 990,91	162 261,82
Ativos intangíveis		0,00	153,75
Investimentos Financeiros		1 218,73	445,01
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos Financeiros		520,72	
Juros e rendimentos similares		14 476,14	33 236,37
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>4 787,22</b>	<b>-129 624,21</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Outras operações de financiamento		150 000,00	150 000,00
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>-150 000,00</b>	<b>-150 000,00</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>25 952,97</b>	<b>166 661,36</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 285 503,98	2 118 842,62
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10.3	<b>2 311 456,95</b>	<b>2 285 503,98</b>

VIII. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR VALÊNCIAS

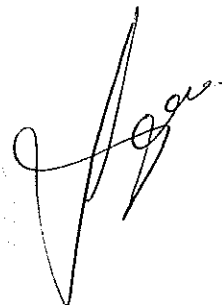
RENDIMENTOS	Lares		Centro	SAD			Rede	Centro	Irmandade	TOTAL
	Estrela	Arco	Convívio	Clássico	Refeições	Pinheiro				
Serviços prestados	411 630	163 674	7 294	5 372	18 924		135	4 790	611 819	
Subsídios à exploração	431 671	193 588	34 284	386 241	54 330	91 017	18 866	4 729	1 214 725	
Reversões	2 800								2 800	
Outros ganhos	5 014	246	658					318 418	324 336	
Juros								10 170	10 170	
<b>Total Rendimentos</b>	<b>851 115</b>	<b>357 508</b>	<b>42 236</b>	<b>391 613</b>	<b>73 254</b>	<b>91 017</b>	<b>19 001</b>	<b>338 107</b>	<b>2 163 850</b>	

GASTOS	Lares		Centro	SAD			Rede	Centro	Irmandade	TOTAL
	Estrela	Arco	Convívio	Clássico	Refeições	Pinheiro				
Custo mercadoria consumida	138 955	55 218	901	7 891	40 698	482	1 423	6 876	252 443	
Fornecimento s. externos	77 122	38 338	7 164	6 741	13 109	5 288	1 771	13 472	163 007	
Gastos com o pessoal	537 216	266 035	53 661	404 386	51 436	76 001	14 024	30 896	1 433 654	
Gastos depreciação	68 186	30 782	7 996	2 688	16 754	844	161	14 572	141 982	
Imparidade	5 400	1 200						150 000	156 600	
Provisões									0	
Outros gastos	696	15			29			1 382	2 122	
<b>Total Gastos</b>	<b>827 575</b>	<b>391 589</b>	<b>69 722</b>	<b>421 707</b>	<b>122 026</b>	<b>82 616</b>	<b>17 377</b>	<b>217 198</b>	<b>2 149 809</b>	

<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>23 539</b>	<b>-34 081</b>	<b>-27 486</b>	<b>-30 093</b>	<b>-48 773</b>	<b>8 401</b>	<b>1 624</b>	<b>120 909</b>	<b>14 041</b>
-------------------------------------	---------------	----------------	----------------	----------------	----------------	--------------	--------------	----------------	---------------

## Relatório de Atividades e Contas de 2016

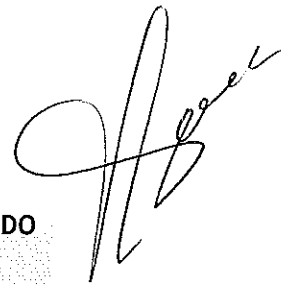
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA PERÍODO FINDO  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (em euros)  
Valência - Lar Nossa Senhora da Conceição



RENDIMENTOS E GASTOS	Valor
Vendas e serviços prestados	163 674
Subsídios, doações e legados à exploração	193 588
Custos mercadorias vendidas e matérias consumidas	55 218
Fornecimentos e serviços externos	38 338
Gastos com o pessoal	266 035
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	1 200
Outros rendimentos e ganhos	246
Outros gastos e perdas	15
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos	-3 299
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	30 782
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>-34 081</b>

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA PERÍODO FINDO EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2016 (em euros)  
Valência - Lar Nossa Senhora da Estrela

RENDIMENTOS E GASTOS	Valor
Vendas e serviços prestados	411 630
Subsídios, doações e legados à exploração	431 671
Custos mercadorias vendidas e matérias consumidas	138 955
Fornecimentos e serviços externos	77 122
Gastos com o pessoal	537 216
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	2 600
Outros rendimentos e ganhos	5 014
Outros gastos e perdas	696
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos	91 726
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	68 186
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>23 539</b>

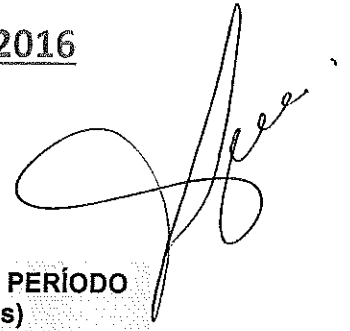


**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA PERÍODO FINDO  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (em euros)  
Valência - Centro Convívio**

<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>	<b>Valor</b>
Vendas e serviços prestados	7 294
Subsídios, doações e legados à exploração	34 284
Custos mercadorias vendidas e matérias consumidas	901
Fornecimentos e serviços externos	7 164
Gastos com o pessoal	53 661
Outros rendimentos e ganhos	658
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos	-19 490
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7 996
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>-27 486</b>

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA PERÍODO FINDO  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (em euros)  
Valência - Irmandade**

<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>	<b>Valor</b>
Vendas e serviços prestados	4 790
Subsídios, doações e legados à exploração	4 729
Custos mercadorias vendidas e matérias consumidas	6 876
Fornecimentos e serviços externos	13 472
Gastos com o pessoal	30 896
Imparidade de dívidas a receber	150 000
Outros rendimentos e ganhos	318 418
Outros gastos e perdas	1 382
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos	125 311
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	14 572
Juros e rendimentos similares obtidos	10 170
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>120 909</b>



**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA PERÍODO  
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (em euros)**

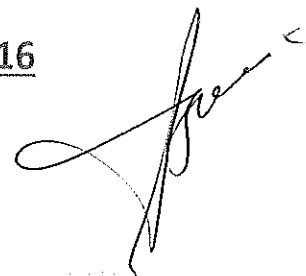
**Valência - Serviço Apoio Domiciliário - Clássico**

<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>	<b>Valor</b>
Vendas e serviços prestados	5 372
Subsídios, doações e legados à exploração	386 241
Custos mercadorias vendidas e matérias consumidas	7 891
Fornecimentos e serviços externos	6 741
Gastos com o pessoal	404 386
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos	<b>-27 405</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	2 688
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>-30 093</b>

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA  
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (em euros)**

**Valência - Serviço Apoio Domiciliário - Refeições**

<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>	<b>Valor</b>
Vendas e serviços prestados	18 924
Subsídios, doações e legados à exploração	54 330
Custos mercadorias vendidas e matérias consumidas	40 698
Fornecimentos e serviços externos	13 109
Gastos com o pessoal	51 436
Outros gastos e perdas	29
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos	<b>-32 019</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	16 754
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>-48 773</b>



**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA PERÍODO  
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (em euros)**

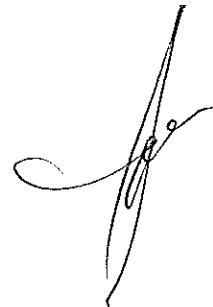
**Valência - Rede Regional Cuidados Continuados Integrados**

<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>	<b>Valor</b>
Subsídios, doações e legados à exploração	91 017
Custos mercadorias vendidas e matérias consumidas	482
Fornecimentos e serviços externos	5 288
Gastos com o pessoal	76 001
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos	<b>9 245</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	844
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>8 401</b>

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA PERÍODO  
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (em euros)**

**Valência - Centro Social Pinheiro**

<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>	<b>Valor</b>
Vendas e serviços prestados	135
Subsídios, doações e legados à exploração	18 866
Custos mercadorias vendidas e matérias consumidas	1 423
Fornecimentos e serviços externos	1 771
Gastos com o pessoal	14 024
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos	<b>1 784</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	161
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>1 623</b>



## IX. ANEXO

### 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 Designação da entidade: Santa Casa da Misericórdia da Calheta, NIF n.º 511033982

1.2 Sede: Rua Estrada Simão Gonçalves Câmara - ER224 n.º 91 9370 -139 Calheta

1.3 Natureza da Atividade: A Santa Casa da Misericórdia da Calheta, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 119/83 de 25 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de Outubro, adaptado à Região pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 3/84/M, de 22 de Março, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 4/86/M, de 29 de Março e no Regulamento aprovado pela Portaria n.º 96/91, de 11 de Junho da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, que, se procedeu ao registo definitivo da alteração global dos estatutos da Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública.

Decreto Legislativo Regional n.º 11/2015/M, de 18 de dezembro, que estabelece os princípios orientadores e o enquadramento a que deve obedecer a cooperação entre o ISSM, e as IPSS.

Decreto Legislativo Regional n.º 9/2015/M, de 2 de dezembro, que aprova o Estatuto das IPSS.

Portaria n.º 78/2007 de 16 agosto da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais.

1.4 Tal como prevê a NCRF-ESNL, sempre que não esteja previsto algum aspeto particular recorre-se supletivamente às restantes normas do SNC.

1.5 - Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

### 2 . REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 2.1 *Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras*

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas, de acordo com o sistema de normalização contabilística para as entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março de 2011.

#### Instrumentos legais da NCRF-ESNL:

Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho - NCRF-ESNL

Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho - Modelos de demonstrações financeiras

Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho - Código de Contas

Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho

Portaria n.º 105/2011, de 14 de março - Modelos de demonstrações financeiras;

Portaria n.º 106/2011, de 14 de março - Código de Contas;

Aviso n.º 6726 - B/2011, de 14 de março - NCRF-ESNL;

Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro;

Decreto-Lei n.º 1588/2009, de 13 de julho - SNC

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL.

### 2.3 *Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.*

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2016 são comparáveis com os valores do período de 2015.

As propriedades de investimento (terrenos e edifícios) foram reclassificada como ativos fixos tangíveis, de acordo com o capítulo 7, do aviso n.º 8259/2015 de 16 de julho, em consideração da norma aplicável ao período a partir de 01/01/2016.

## 3. POLITICAS CONTABILISTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILISTICAS E ERROS

### 3.1 Principais políticas contabilísticas:

#### a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da Santa Casa, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

#### ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos dos correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

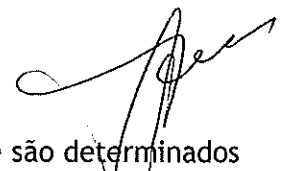
As taxas de depreciações utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo Fixo Tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	50 anos
Remodelação dos edifícios	16 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 3 a 8 anos

É procedimento da Instituição depreciar a 100% os ativos fixos tangíveis de reduzido valor, dado a sua imaterialidade.

As despesas de conservação e reparação que não aumentam a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias ou melhoras significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registados como gasto do período em que ocorrem.





O desconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para entrar em funcionamento.

### **ATIVOS INTANGÍVEIS**

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações.

As despesas de desenvolvimento e manutenção foram reconhecidas como gastos.

O método de amortização utilizado foi o da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado, em sistema de duodécimos.

Ativo Intangível	Vida útil estimada
Programas de Computador	Entre 3 a 6 anos

### **PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES**

As provisões na data do balanço foram objeto de análise, não havendo motivo ou justificação para que fossem ajustadas e estimados outros valores.

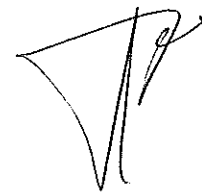
### **IMPARIDADE DOS ATIVOS**

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

### **INVENTÁRIOS**

#### **Mercadorias e matérias-primas**

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o Custo Médio Ponderado, fórmula de custeio, em sistema de inventário permanente.



### **RENDIMENTO**

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou, a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensuráveis com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

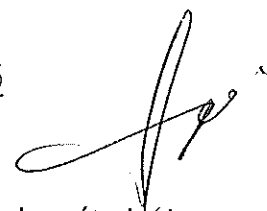
### **INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

#### **Clientes/utentes e outras dívidas de terceiros**

As dívidas de clientes/utentes estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade. As dívidas de «outros terceiros» encontram-se mensuradas ao custo.

As dívidas de clientes/utentes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.



### **Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensurados pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

### **Periodizações**

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras ativos correntes» e «Outros passivos correntes» e «Diferimentos».

### **Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

### **Benefícios de empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, diuturnidades, feriados, subsídio de turno e de transporte, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pela Mesa Administrativa.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

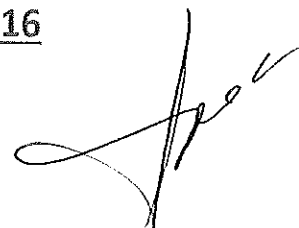
De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e o subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

### **b) Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Santa Casa da Misericórdia da Calheta.

### **c) Principais fontes de incerteza das estimativas**

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízes de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimento e gastos do período.



#### 4. INVESTIMENTOS

##### 4.1 Investimentos Financeiros

Investimentos Financeiros	2016	2015
Fundo Compensação Trabalho (FCT)	1 019	445

##### 4.2 Ativos Fixos Tangíveis

- Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.
- As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

As propriedades de investimento foram reclassificadas como ativos fixos tangíveis, no valor de 279 918 euros, em cumprimento da alteração prevista na norma que vigora a partir do período de 01/01/2016.

Propriedades de Investimentos	Valor Aquisição	Depreciações	Saldo
Câmara	638	638	0
Hospital	16 161	16 161	0
Conservatória	451 904	305 257	146 647
Prédios Urbanos	132 878	0	132 878
Prédios Rústicos	393	0	393
<b>TOTAL</b>	<b>601 974</b>	<b>322 056</b>	<b>279 918</b>

Quantias reconhecidas como rendimentos foram:

Identificação das propriedades de Investimento	Montantes considerados em rendimento do período 2016
Edifício dos Paços do Concelho	23 406
Antigo Hospital da Misericórdia	43 158
Prédio Conservatória-Fração B-1º Andar	31 546
<b>TOTAL</b>	<b>98 110</b>

A variação ocorrida nas quantias escrituradas no início e no fim do período, resume-se a:

Propriedades Investimento / Ativos Fixos Tangíveis	Valor de aquisição	Depreciação			Valor Líquido 31-12-2016
		acumuladas 31-12-2015	do ano	acumuladas 31-12-2016	
Câmara	638	638	0	638	0
Hospital	16 161	16 161	0	16 161	0
Conservatória	451 904	305 257	4 190	309 447	142 457
<b>TOTAL</b>	<b>468 703</b>	<b>322 056</b>	<b>4 190</b>	<b>326 246</b>	<b>142 457</b>

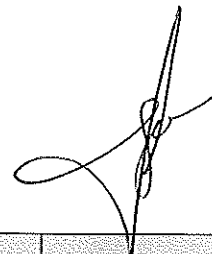
As *rendas* dizem respeito às provenientes dos nossos prédios, nomeadamente Antigo Hospital da Misericórdia; Prédio Conservatória - fração B-1º andar e Edifício dos Paços do Concelho.

Apresentamos o valor patrimonial tributável à data de 31 de dezembro de 2016:

Propriedades da Instituição	Artigo Nº	Valor apresentado pelas finanças 2016	Avaliado em:
Edifício dos Paços do Concelho	1027/1889	226 590	14-05-2012
Antigo Hospital da Misericórdia	2355	1 185 450	30-05-2012
Prédio Conservatória-Fração B-1º Andar	2658 B	200 170	08-06-2013
<b>TOTAL</b>		<b>1 612 210</b>	

Terrenos e Recursos Naturais	31-12-2015	Doações	Alienação	31-12-2016
Prédios Urbanos	132 878			132 878
Prédios Rústicos	393			393
<b>TOTAL</b>	<b>133 271</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>133 271</b>

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, aos abates, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:



Descrição	31-12-2015	Passagem da 4331	Adições	Abate	31-12-2016
Terrenos e recursos naturais *(1)	445 977	393			446 370
Edifícios e outras construções *(2)	3 013 561	601 581		2 145	3 612 997
Equipamento básico	626 088		3 511		629 599
Equipamento de transporte	286 621				286 621
Equipamento administrativo	154 024		1 049	108	154 965
Outros ativos fixos tangíveis	55 908		4 444	433	59 919
<b>Ativo bruto</b>	<b>4 582 179</b>	<b>601 974</b>	<b>9 004</b>	<b>2 686</b>	<b>5 190 470</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>	<b>2 167 511</b>	<b>322 056</b>	<b>141 982</b>	<b>2 686</b>	<b>2 628 863</b>
<b>Ativo tangível s/ Investimentos Curso</b>	<b>2 414 668</b>	<b>279 918</b>	<b>-132 978</b>	<b>0</b>	<b>2 561 608</b>
<i>Investimentos em curso *(3)</i>	42 906				42 906
<b>Ativo líquido</b>	<b>2 457 574</b>	<b>279 918</b>	<b>-132 978</b>	<b>0</b>	<b>2 604 514</b>

\* (1) Passagem das propriedades de investimentos para ativos fixos tangíveis dos prédios rústicos, no valor total de 393 euros.

\* (2) Passagem das propriedades de investimentos para ativos fixos tangíveis dos prédios urbanos arrendados no valor de 468 703 euros e dos prédios urbanos doados no valor de 132 878 euros, correspondendo no valor total de 601 581 euros.

\* (3) Em relação aos investimentos em curso, registam-se o valor de 42 906 euros, o mesmo de 2015, referentes a projetos de arquitetura e especialidades para remodelação do Lar da Nossa Senhora da Estrela e espaços comuns.

As depreciações do exercício, no montante de 141 982 euros, foram reconhecidas na rubrica «gastos de depreciação e amortização».


As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, e a vida útil determinada de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

Não existe bens do património histórico artístico e cultural.

### 4.3 Ativos Intangíveis

a) Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas.

b) As amortizações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.



c) Foram determinadas vidas úteis finitas, de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

Descrição	31-12-2015	Adições	Abate	31-12-2016
Ativos fixos intangíveis	1 307			1 307
<b>Ativo Intangível Bruto</b>	<b>1 307</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1 307</b>
Depreciações acumuladas	1 307	0	0	1 307
<b>Ativo Intangível Líquido</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

## 5. INVENTÁRIOS

### Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se mensuradas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando o custo médio ponderado como fórmula de custeio.

O sistema de inventário utilizado é o permanente.

Existem bens, nomeadamente géneros alimentares, oferecidos por particulares ou empresas, que a SCMC os classifica, atribuindo valor de mercado e havendo controlo sobre o seu consumo, ficando os mesmos valorizados nos inventários.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os inventários da entidade detalham-se conforme quadro que se segue:

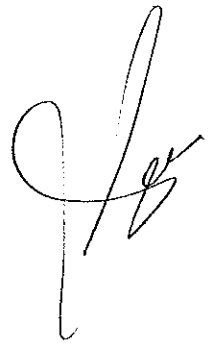
Descrição	2016	2015
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	24 160	26 800
<b>Total</b>	<b>24 160</b>	<b>26 800</b>

Quantia de inventários reconhecida como gastos durante o período.

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 detalham-se conforme quadro que se segue:

Descrição	2016	2015
Saldo Inicial	26 800	26 760
Compras	251 497	250 542
Saldo Final	24 160	26 800
<b>Gastos no período</b>	<b>254 138</b>	<b>250 502</b>

O custo da mercadoria vendida e matéria consumida subdividem-se em:



Gastos no período	2016	2015
<b>CMVMC</b>		
Géneros Alimentares	135 058	129 800
Medicação e Encargos Saúde	27 465	29 685
Material Higiene e Conforto	53 381	54 888
Material Limpeza	26 671	28 660
Material Escritório/Didático	3 990	4 515
Utensílios	537	201
Rouparia	4 073	138
Material Diverso	1 269	2 616
<b>Subtotal</b>	<b>252 443</b>	<b>250 502</b>
<b>Outros</b>		
Diversos	1 694	
<b>TOTAL</b>	<b>254 138</b>	<b>250 502</b>

### 6. RENDIMENTOS

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes réditos:


Rendimentos	2016	2015	Varição
Prestação de Serviços	611 819	596 044	15 775
Subsídios à exploração	1 214 725	1 192 090	22 635
Reversões	2 800	2 300	500
Outros Rendimentos	324 336	318 940	5 396
Juros e outros rendimentos	10 170	23 180	-13 010
<b>TOTAL</b>	<b>2 163 850</b>	<b>2 132 554</b>	<b>31 296</b>

Em *prestação de serviços* estão registados as mensalidades, as participações familiares dos utentes em regime de internamento, as participações dos utentes do Centro de Convívio e do Centro Social do Pinheiro. Nesta rubrica estão registadas também os serviços sociais (refeições e fraldas) bem como as quotizações dos Irmãos da Santa Casa.

Os *subsídios à exploração* são os apoios do Instituto da Segurança Social da Madeira, de acordo com os acordos de cooperação celebrados com a Instituição.

Em *outros rendimentos* referem-se principalmente as rendas, nomeadamente os Paços do Conselho - Câmara Municipal da Calheta, Hospital da Calheta e da Conservatória do Registo Civil e Predial da Calheta, no valor de 98.110 euros, ver nota 4.2 deste anexo. As imputações dos subsídios para investimentos no valor de 81.688 euros, descritas com mais pormenor no ponto n.º 7 deste anexo. As alienações do ativo fixo tangível no valor 1.300 euros e os donativos no valor de 54.968 euros.





## 7. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DO GOVERNO

Ao analisar o quadro seguinte podemos verificar que, anualmente é registado o subsídio ao investimento, atribuídos tanto pela Segurança Social como pelo Governo Regional, aquando da construção do edifício Lar nossa Senhora da Estrela e Centro de Dia, no montante de 46 420 euros. Do total de subsídio para as obras ainda encontra-se por afetar aos anos seguintes 1 346 193 euros.

Descrição	Total subsídios	Depreciações/Amortizações		
		Total depreciação	Ano	A depreciar
Subsídios de obras	2 321 021	928 409	46 420	1 346 193
Subsídios de viaturas Seg. Social	71 392	71 392	0	0
Subsídios de viaturas IDR	39 259	15 703	7 852	15 703
Subsídios Equipamento Seg. Social	239 298	239 298	0	0
Adrama "Calheta + Social"	198 275	60 381	27 416	110 477
Viaturas Híbridas – Seg. Social	35 000	0	0	35 000
<b>TOTAL</b>	<b>2 904 245</b>	<b>1 315 184</b>	<b>81 688</b>	<b>1 507 373</b>

Outro dos subsídios ao investimento foi a atribuição, em dezembro de 2016, de um apoio financeiro eventual, no montante de 35.000 euros, pelo Instituto de Segurança Social da Madeira, para a aquisição de duas viaturas ligeiras híbridas, de cinco lugares, necessárias ao bom funcionamento da Unidade de Apoio Integrado ao Domicílio e Serviços de Apoio Domiciliário. Este subsídio só será depreciado em 2017. As viaturas serão adquiridas também em 2017.

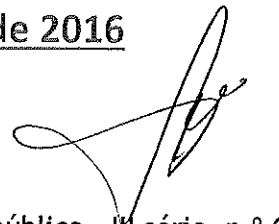
## 8. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões estão reconhecidas tendo em conta o parágrafo 13 da NCRF 21:

- A entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- Seja provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos necessário para liquidar a obrigação;
- Possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Em 2014 foram reconhecidas provisões no montante de 5 000 euros para fazer face a despesas com o processo relativo aos valores mobiliários representativos de dívida de curto prazo, que não foram reembolsado pela entidade emitente nos prazos previstos.

Provisões	2016	2015
Processos Judiciais	3 078	5 000



## 9. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Instituição encontra-se isenta de IRC - Publicado no Diário da República - III série, n.º 6, de 8 de Janeiro de 1992, tanto na atividade económica principal, CAE - 87301 - Atividades apoio social para pessoas idosas com alojamento, como na atividade secundária, CAE - 88990 - Outras atividades de apoio social sem alojamento.

## 10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### Políticas contabilísticas

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros foram as do custo. Não existem instrumentos financeiros dados como garantia.

### 10.1 Fornecedores, outros passivos correntes, membros e créditos a receber


Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de «Fornecedores, outros passivos correntes, membros e créditos a receber», apresentavam a seguinte decomposição:

Descrição	2016			2015		
	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	TOTAL	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	TOTAL
<b>Ativos</b>						
Créditos a receber	50 354	36 011	14 343	42 572	32 211	10 361
Outros ativos correntes (*1)	54 720		54 720	25 885		25 885
<b>TOTAL do ATIVO</b>	<b>105 074</b>	<b>36 011</b>	<b>69 063</b>	<b>68 457</b>	<b>32 211</b>	<b>36 246</b>
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	35 764		35 764	24 632		24 632
Outros passivos correntes (*2)	392 661		392 661	445 263		445 263
<b>TOTAL do PASSIVO</b>	<b>428 425</b>	<b>0</b>	<b>428 425</b>	<b>469 895</b>	<b>0</b>	<b>469 895</b>
<b>TOTAL LÍQUIDO</b>	<b>-323 351</b>	<b>36 011</b>	<b>-359 362</b>	<b>-401 437</b>	<b>32 211</b>	<b>-433 649</b>

Passamos a analisar mais detalhadamente a informação contida no quadro anterior.

(\*1) Os valores referentes a “Outros ativos correntes” dizem respeito a:

(*1) Outros ativos correntes	31-12-2016
Juros a receber (*A)	2 147
Receitas diferidas	13 799
Serviço regional saúde	3 601
Dívidas de utente	174
Instituto Seg.Social	35 000
<b>TOTAL</b>	<b>54 720</b>



(\*A) corresponde a acréscimos de rendimentos. Estes juros só serão recebidos efetivamente em 2017 mas referem-se a aplicações financeiras realizadas em 2016 e que devem ser refletidas nas contas do presente exercício.

(\*2) Os valores referentes a "Outros passivos correntes" correspondem a:

(*2) Outros passivos correntes	31-12-2016
Fornecedores de investimento (*A)	5 510
Férias e subsídio férias	179 825
Despesas diferidas	6 981
Dívidas a pessoal especializado	2 459
Dívidas a utentes (*B)	170 668
Dívidas a outros credores (*C)	25 000
Parcerias outras Instituições (PEA)	2 218
<b>TOTAL</b>	<b>392 661</b>

(\*A) A instituição não possui dívidas a terceiros superior ao ano exceto a empresa Saúl & Filhos, Lda no valor de 4 680 euros e a empresa AcinGov no valor de 830 euros.

(\*B) Corresponde ao saldo líquido que resulta de parte das pensões deduzidas das despesas pessoais/extraordinárias dos utentes.

(\*C) O montante corresponde a um adiantamento efetuado em 2006 por um potencial comprador de um terreno doado à Santa Casa.

### 10.2 Reconhecimento das perdas por imparidade de dívidas a receber

No reconhecimento das perdas por imparidade de dívida a receber, o cálculo é efetuado de acordo com a antiguidade da dívida e a expectativa de recuperabilidade dos saldos. Em relação as perdas por imparidade ver nota seguinte.

	2016	2015
Imparidade acumuladas de acordo com a antiguidade dos valores em dívida	Perdas por imparidade acumuladas das dívidas dos clientes	Perdas por imparidade acumuladas das dívidas dos clientes
Até 12 meses	1 200	1 200
de 13 a 24 meses	6 600	5 550
Superior a 25 meses	28 211	25 461
<b>TOTAL</b>	<b>36 011</b>	<b>32 211</b>

Descrição	Perdas por imparidade do período	Reversões de perdas por imparidade	TOTAL
Dívidas a receber	6 600	2 800	3 800
Perdas por imparidade	150 000		150 000
<b>TOTAL</b>	<b>156 600</b>	<b>2 800</b>	<b>153 800</b>



### 10.3 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de «Caixa» e «Depósitos bancários» apresentavam a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2015
<b>Caixa e depósitos bancários</b>		
Caixa	5 999	3 733
Depósito à ordem	180 431	133 478
Outros depósitos bancários	2 125 027	2 148 292
<b>TOTAL</b>	<b>2 311 457</b>	<b>2 285 504</b>

Os “Outros depósitos bancários” referem-se as aplicações em depósitos a prazo. Foram aplicadas em diversas Instituições bancárias de modo a diversificar o risco.

Incluem valores mobiliários representativos de dívida de curto prazo, designados por papel comercial, não tendo este valor sido reembolsado pela entidade emitente nos prazos previstos. Decorrente neste momento o processo de adesão ao «Modelo de Adesão» mantivemos por coerência a manutenção das imparidades.

Na divulgação dos *fluxos de caixa*, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimento e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da Santa Casa.

Na elaboração do referido mapa incluem-se:

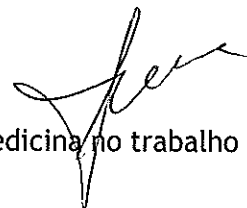
- *Recebimentos de clientes e utentes (0111)* - receitas de prestação de serviços;
- *Outros recebimentos/pagamentos (013)* - rendas, quotizações, donativos, subsídios à exploração;
- *Investimentos financeiros (0223)* - Fundo compensação trabalho;
- *Juros e rendimentos similares (0226)* - juros.

### 11. BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com o pessoal	2016	2015
<b>Gastos com pessoal</b>		
Remuneração do pessoal	1 180 403	1 184 925
Encargos sobre remuneração	234 858	229 946
Seguro pessoal	6 239	5 554
Outros gastos	12 154	7 233
<b>TOTAL</b>	<b>1 433 654</b>	<b>1 427 657</b>

Ao analisar este ponto, não podemos deixar de verificar o que foi referido na nota 3.1 deste anexo, bem como o referido na análise da situação económica e financeira, no que diz respeito aos benefícios dos empregados.



A rubrica «Outros gastos» inclui gastos com o vestuário e calçado (fardas), a medicina no trabalho e a formação.

Em 31 dezembro de 2016, o número de funcionários era de 114.

Os Órgão Sociais não são remunerados, apenas por vezes são ressarcidos das despesas com os km percorridos em deslocações para representação da Instituição.

### 12. OUTRAS INFORMAÇÕES

#### 12.1 Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2015
<b>Estado e outros entes públicos</b>		
<b>Ativos</b>		
Imposto sobre o valor acrescentado	2 991	16 541
Imposto sobre rendimento a receber	0	27
<b>Total do ativo</b>	<b>2 991</b>	<b>16 568</b>
<b>Passivo</b>		
Retenção de imposto sobre rendimento	4 246	9 911
Contribuições para a segurança social	25 393	32 245
Fundo compensação do trabalho	92	84
<b>Total do passivo</b>	<b>29 731</b>	<b>42 240</b>
<b>TOTAL LÍQUIDO</b>	<b>26 739</b>	<b>25 673</b>

Tendo em conta a Lei n.º 64-B/2011 artigo 179.º, n.º 2, as Instituições Particulares de Solidariedade Social têm direito à restituição de um montante equivalente a 50% do IVA suportado relativo às operações previstas na alínea a) e b) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 20/90, de 13 de janeiro.

A Lei n.º 159-C/2015, de 30 de Dezembro - Prorrogação de receitas previstas no Orçamento do Estado para 2015, no artigo 7.º também previu para 2016 a restituição um montante equivalente a 50% do IVA suportado nas aquisições de bens ou serviços alimentares e bebidas, no âmbito das atividades sociais desenvolvidas.

Deste modo a Instituição tem a receber de restituição de IVA o valor de 2.991 euros referente a:

Restituição de IVA	31-12-2016
Construção, manutenção ou conservação de imóveis	423
Géneros Alimentares	2 568
<b>TOTAL</b>	<b>2 991</b>

É de referir que os valores em dívida em 31 de dezembro de 2016 nomeadamente a *retenção de imposto sobre o rendimento* e as *contribuições para a segurança social*, são relativas ao mês de dezembro de 2016, pagas em janeiro de 2017.

A Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, a situação da Instituição perante a Segurança Social e a Autoridade Tributária encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

### 12.2 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de «Diferimentos» apresentava a seguinte decomposição:

Diferimentos	2016	2015
<b>Ativos</b>		
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Seguro automóvel	800	771
Seguros de instalações	184	185
Diário Notícias	209	227
Jornal Madeira	110	110
Trulynolen	137	84
Seguro de acidentes trabalho	624	520
Acingov	830	0
<b>Total do ativo</b>	<b>2 894</b>	<b>1 897</b>
<b>Passivos</b>		
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Ofertas de Inventário	0	305
<b>Total do passivo</b>	<b>0</b>	<b>305</b>

### 12.3 Fundos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica dos «Fundos patrimoniais» apresentava a seguinte decomposição:

Fundos patrimoniais	2016	2015
Fundos	322 946	322 946
Reservas	25 574	60 259
Resultados transitados	2 564 339	2 567 264
Outras variações de fundos patrimoniais	1 627 964	1 674 652
Resultado líquido do período	14 041	-37 610
<b>TOTAL</b>	<b>4 554 864</b>	<b>4 587 511</b>



O valor da rubrica «reservas» diminuiu tendo em conta que passou para a rubrica «resultados transitados» o valor de 34 686 euros.

É procedimento da Instituição transferir o resultado líquido de cada período para a rubrica «resultados transitados».

Em relação a composição das *outras variações de fundos patrimoniais* ver também nota 7.

Outras variações de fundos patrimoniais	31-12-2016	31-12-2015
Subsídios de obras a afetar nos períodos seguintes	1 346 192	1 392 612
Subsídios de viatura a afetar nos períodos seguintes	15 703	23 555
Subsídios Calheta + Social (Adrama - IFAP)	110 478	137 894
Viaturas Híbridas – Seg. Social	35 000	0
<b>Subtotal</b>	<b>1 507 373</b>	<b>1 554 061</b>

Outras variações de fundos patrimoniais	31-12-2016	31-12-2015
Prédios Urbanos	120 218	120 218
Prédios Rústicos	373	373
<b>Subtotal</b>	<b>120 591</b>	<b>120 591</b>

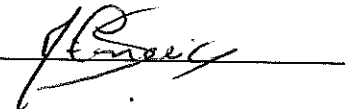
<b>TOTAL</b>	<b>1 627 964</b>	<b>1 674 652</b>
--------------	------------------	------------------

### 13. Acontecimento após a data do balanço

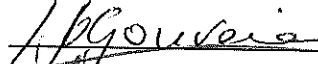
Após a data do Balanço, não temos conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pela Mesa Administrativa e autorizadas para emissão em 9 de março de 2017.


Contabilista Certificado n.º 12063 (M<sup>a</sup> Conceição Rodrigues Silva Sousa)



### Mesa Administrativa

Provedora (M<sup>a</sup> Cecília Gouveia Cachucho) 

Vice Provedor (Mário de Sousa Nunes) 

Tesoureiro (M<sup>a</sup> José Santos Sousa) 

Secretária (Manuel Luís Sousa Serrão) 

Vogal (M<sup>a</sup> Fátima Magalhães e Almeida) 